

Dispositivos de autoridade e louvor ao império nas práticas letradas portuguesas quinhentistas

Luiz César de Sá Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Bolsista CAPES

INTRODUÇÃO:

Dentre os temas mais recorrentes na historiografia contemporânea sobre o império português, o da cultura escrita tem sido tratado com significativo zelo. Está consolidado o entendimento de que a escrita foi essencial na arquitetura da coesão¹ entre os territórios assimilados no decurso da aventura ultramarina e a estrutura política metropolitana². A par com esse movimento, que produziu mapas, descrições topográficas, corografias, cartas, crônicas, genealogias e outros instrumentos impressos ou manuscritos de comunicação³, um elemento destacou-se: homens de letras do século XVI foram pródigos na confecção de elogios ao império que ia se formando nas dobras da conquista.

É pertinente notar, seguindo Michel de Certeau, a constituição de uma verdadeira “economia escriturária” nesse contexto, segundo a qual eram ordenados os usos e a circulação dos discursos escritos (o que se aplica tanto à produção neolatina quanto à vernacular), inclusive das línguas, diante do propósito de difusão das glórias imperiais. Assume-se aqui, portanto, a perspectiva de emergência de uma “civilização escrita”, amparada por um corpo de homens de letras⁴ cuja formação frequentemente vinculou-se ao vasto escopo de textos greco-latinos então disponíveis, os quais, em geral, inscreviam-se no circuito dos *studia humanitatis*⁵. Sobre esses letrados recaiu o empenho, sobejamente declarado, de prover suporte à de outro modo frágil ossatura pátria, frequentemente vislumbrada no registro dos *exempla* da antiguidade.

Os letrados portugueses conciliavam a atividade laudatória a um esforço de auto-edificação que tinha por intuito dotar de substância sua *auctoritas*. Distantes da *persona* psicológica e autoral que viria a se firmar na época das Luzes⁶, tais letrados

investiram na transmissão de seus feitos, biografias e conhecimentos - ao lado dos elogios ao império português - de modo a atenderem às expectativas retóricas vigentes na República das Letras⁷ e, simultaneamente, medirem-se com a escrita antiga, a qual pretendiam, no geral, imitar e superar⁸.

O objetivo deste texto é demonstrar a viabilidade do exame de um grupo de letrados quinhentistas profundamente comprometido com ambos os projetos. Assim, ao analisar retomar brevemente João Rodrigues de Sá de Meneses (1486?-1579), André de Resende (1500-1573), João de Barros (1496-1570) e Damião de Góis (1502-1574), espera-se encontrar ocasião para discutir caminhos teóricos e metodológicos que ajudem a descortinar as formas de construção do louvor ao império, identificando, com isso, os mecanismos de disposição retórica da autoridade em suas obras.

A presente discussão, no conjunto, resulta de arrazoado preparado como parte do projeto de pesquisa para minha tese de doutorado, particularmente nos seus conteúdos de apresentação geral de uma possibilidade de temática e as arquitraves metodológicas conceituais que a consubstanciaram. O propósito de armar uma apresentação como esta é expandir o horizonte de discussão de minhas ideias quanto ao projeto no primeiro ano da investigação, decisivo, como se sabe, no que diz respeito ao planejamento para o aprofundamento na leitura das fontes e elaboração do material a ser defendido em quatro anos.

OS LETRADOS:

Renascens platanus. É com essa mensagem, cujas raízes despontam pelas terras do reino ao redor do ano 1530, que João Rodrigues de Sá de Meneses elaborou um texto laudatório a Portugal. A árvore lendária e outrora abundante – sob a qual se travaram os diálogos do *Fedro* de Platão⁹ (*Fedro*, 229a – 229b, 230b – 230c e 236c – 236e), e que também abrigou os amigos de Cícero nas discussões que culminaram no *De Oratore*¹⁰ (I, 28), fenecera. Ela teria reaparecido apenas em certos locais nas cidades de Roma e Florença¹¹, sempre aos cuidados de homens de vasta erudição. Entretanto, a notícia de Sá de Meneses dava conta de que, se os melhores esforços dos humanistas italianos fizeram renascer o plátano¹², em

Portugal ele começava a ressurgir, espontânea e insistentemente, nos bosques entre o Douro e o Minho¹³. Ao dizê-lo, Sá de Meneses pretendia construir um elogio contundente a sua terra natal, de modo a postular sua supremacia face à realização dos letrados italianos; aparentemente, ele buscava implicar em seu texto que, enquanto o cultivo do plátano entre os italianos resultara de artifícios decorrentes de hercúleo esforço, em Portugal teria ocorrido um reflorescimento natural, indício inegável da escolha de seu reino pela providência para abrigar o retorno das luzes antigas.

Sá de Meneses tinha profundas responsabilidades na escrita do *De Platano*. Oriundo de uma das grandes famílias de Portugal, alcaide-mor do Porto desde 1524, sua auto-edificação devia se estruturar por meio do pendor para a busca da imortalidade das letras, o amor pelos os feitos d'armas e o labor administrativo a serviço do rei¹⁴. Mas a composição de sua *persona* retórica dependia fortemente de sua posição no âmbito da República das Letras. Se desejasse que seus escritos fossem louvados, que suas traduções fossem respeitadas, que, em suma, sua obra permanecesse na memória dos doutos como protetora da pátria, haveria de ganhar a chancela de eruditos. Foi assim que decidiu se corresponder com um jovem amigo dos tempos de corte, Damião de Góis.

Quando recebeu a carta de Meneses, que muito o elogiava¹⁵, Góis havia construído uma sólida reputação. O antigo diplomata de d. João III na feitoria de Flandres decidira perseguir os *studia humanitatis* mais atentamente a partir de 1533, quando entrou em contato com Erasmo de Rotterdam, com quem viveu no ano seguinte¹⁶. Com uma carta de recomendação deste, frequentou o curso de *ars* da Universidade de Pádua, o que, combinado ao estreito contato com letrados do porte de Pietro Bembo, promoveu a ascensão de seu nome entre os pares. Diante das enormes dificuldades em ganhar prestígio em um espaço da República das Letras repleto de competentes eruditos, cuja capacidade de composição em prosa e poesia latina e grega era excepcional, Góis apostou, para ficar em um exemplo que não esgota todo o seu esforço, no uso de sua própria língua. Naquele momento, a construção de sua autoridade prosperou com a edição, em 1538, das traduções do *De Senectute*¹⁷ de Cícero e do bíblico *Livro de Eclesiastes*¹⁸.

O defensor das terras do reino, Sá de Meneses, e o transmissor do latim e do hebraico em vernáculo¹⁹, Damião de Góis, não estavam sozinhos. Em 1540, João de Barros, a quem Góis chamaria de “maior amigo no reino” anos depois²⁰, preocupava-se em exortar seus leitores a estudar a língua portuguesa²¹, reflexo essencial da identidade pátria, instrumento franco de imortalização dos letrados e mecanismo providencial de colonização das almas²². A “Cartinha”²³ de Barros, bem como seu *Diálogo em louvor de nossa linguagem*²⁴ (1540) – e também os livros de Góis e Meneses, este tradutor de Ovídio²⁵ - denotam que essas preocupações constituíam uma unidade que viria a se provar duradoura nos textos voltados, direta ou indiretamente, à defesa²⁶ ou louvor dos idiomas ibéricos.

Porém, o vernáculo não foi aproveitado pelos homens de letras portugueses apenas na via das traduções de textos antigos ou nas gramáticas e louvores da língua. Se tomarmos a obra de André de Resende, admirador de Erasmo²⁷ como foram Barros e Góis, adentraremos a ampla seara de escritos histórico-geográficos em português. Ao decidir moldar sua *auctoritas* por meio desses discursos²⁸, Resende tomou as rédeas da descrição das cidades da Lusitânia.²⁹ Sua *História da antiguidade da cidade de Évora*, lançada em 1553, introduz as tópicas já mencionadas; Resende apresenta-se ao príncipe d. João (pai de d. Sebastião) como o homem de letras a serviço do reino, pronto a elogiar a cidade onde nascera o futuro monarca, símbolo maior da pátria³⁰. Mas também em sua prosa latina, na qual se destaca o livro sobre as *Antiguidades da Lusitânia (De Antiquitatibus Lusitaniae)* filologia e arqueologia³¹ coadunam-se na busca pelas origens do povo português - concretizada, por exemplo, na caça à etimologia do termo “Lusitânia”³².

O levantamento inicial das fontes relativas a esses letrados aponta para seu interesse em fixar a ilustração do império por meio dos elogios (i) da língua, (ii) dos feitos portugueses no presente e (iii) das glórias passadas e futuras. Tais elogios, porém, só obteriam os *efeitos* desejados se a *performance letrada* se investisse da autoridade *adequada* – donde a relevância da auto-edificação. A distinção pública a que almejavam, o reconhecimento público que lhes garantiria honras e mercês, dependia do correto manejo das formas apropriadas das convenções ético-retóricas³³ adequadas ao gênero deliberativo ou epidítico de que lançavam mão.

No conjunto, portanto, parte-se do princípio de que, de um lado, a invocação letrada – presente na obra de Meneses, Góis, Barros e Resende - da tópica da carência das letras memoriais e laudatórias no reino dava azo ao esforço de suplantar as deficiências pátrias nesse particular. João Barros, no prólogo da primeira *Década*, por exemplo, alerta o leitor para os descuidos em Portugal no que diz respeito à memória dos feitos³⁴. E aduz a seu comentário um elogio do uso do “artificial das letras” (capazes, em sua leitura, de dotar eventos e homens de imortalidade) nesse esforço, artificial contraposto ao “natural da fala”, perecível por definição. Nesse sentido, aliás, estabelece-se um curioso paralelo a explorar com o *De Platano* de Meneses, no qual, recordemos, o natural renascimento do plátano posicionava-se em patamar superior ao artifício dos humanistas italianos. De outro lado, a mobilização de tópicos ciceronianos empregadas em perspectiva cristã prescrevia a representação da ambição da glória dos autores em relação ao passado e ao futuro segundo os desígnios da providência. O processo de escrita laudatória com vistas à criação de uma identidade pátria, por fim, teria avançado nos desdobramentos do “imperialismo linguístico”³⁵ ora em voga e no esteio do providencialismo contido na noção de *translatio imperii*³⁶.

Diogo Ramada Curto argumenta que a conjuntura crítica de questionamento da identidade “nacional” deu-se a partir da década de 1570, com a obra camoniana. Ter-se-ia, então, iniciado aquilo que o autor denomina de “longo século XVII”³⁷. Pode ser de proveito retroceder em busca de discussões que remontem à primeira metade do século XVI, quando a construção da autoridade letrada já apontava para o elogio imperial. Tendo isso em conta, a delimitação cronológica da tese se circunscreveria, inicialmente, entre o *De Platano* de Meneses (1527-1537) até a obra mais tardia dentre os objetos selecionados, qual seja, *As Antiguidades da Lusitânia* de Resende, finalizada perto de sua morte e publicada postumamente (1593).

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO:

O tratamento metodológico adequado às fontes selecionadas passa, antes de tudo, pela desnaturalização de certos conceitos. Seguindo a orientação de Alcir Pécora, deseja-se buscar os “sentidos básicos dos textos”, afastando noções como “literatura”³⁸ e “poesia” em nome de termos mais intimamente ligados à tradição

retórica outrora vigente³⁹. A análise das fontes depreender-se-á, portanto, dos gêneros específicos nos quais se inscreveram (elogio de cidades, crônicas, epístolas, panegíricos etc.). Em segundo lugar, parte-se do princípio de que os modelos retóricos empregados pelos letrados não eram estáveis, nem tampouco acorrentavam-se às prescrições. Longe de serem meramente formas nas quais se vazavam conteúdos externos, trata-se de pensar neles como “[...] determinações convencionais e históricas constitutivas dos sentidos verossímeis de cada um desses textos.⁴⁰” Ademais, assume-se que os efeitos pretendidos pelos escritos dos letrados a estudar não são permanentes, “[...] no sentido de funcionar em qualquer período histórico, nem demonstram a mesma *qualidade*, do ponto de vista da variedade de recursos utilizados, da intensidade do impacto afetivo produzido ou da posição relativa no conjunto dos empregos de mesmo gênero.⁴¹”

Desconsiderada essa informação, a inclusão de d. Miguel da Silva no diálogo de João Rodrigues de Sá de Meneses, por exemplo, seria interpretada de maneira puramente casual. Do ponto de vista da retórica, porém, a inserção de uma *dramatis personae* reconhecida por sua extrema erudição conferia um efeito de respeito e credibilidade aos argumentos de Meneses. Algo semelhante se passou com o pintor e letrado Francisco de Holanda, que incluiu Michelangelo nos seus *Diálogos em Roma*. Mais do que a opinião de Michelangelo, deve-se enxergar nos diálogos, segundo Cristiane Nascimento, o uso da figura de Michelangelo para o enaltecimento do próprio Holanda, algo que nem sempre a crítica historiográfica percebeu⁴². Devemos proceder com mesmo cuidado diante do *De Platano* e das demais fontes.

A escrita letrada portuguesa em questão impõe certos pressupostos específicos. Uma vez mais, sigamos as orientações de Alcir Pécora como ponto de partida, particularmente aquelas por ele desenvolvidas na ocasião de seu estudo de Camões e Vieira em *A Máquina de Gêneros*.

Em primeiro lugar, apostava-se na competição com a escrita antiga, a qual seria derrotada por meio da “energia poética da verdade”⁴³. “[...] Se os poetas antigos, para encarecer os seus heróis, contaram façanhas fingidas e imaginadas”, observa Pécora, “[...] torna-se certo que o poeta português, dizendo exclusivamente

a verdade, supera a todos aqueles poetas antigos e os reduz ao silêncio.⁴⁴ É exatamente o que se nota, por exemplo, no projeto de Damião de Góis de escrever uma história da conquista das Índias que superasse a *Ilíada* e a *Odisseia*⁴⁵.

Em segundo lugar, os letrados portugueses mantinham um forte compromisso com a tópica da imortalidade – tanto a própria quanto a dos responsáveis por perpetrar os feitos grandiosos narrados. “As armas apenas, sem a companhia das letras, significam mais que a falta ou a perda da arte: significam a impossibilidade de continuidade dos feitos grandiosos.” Esse princípio fez com que diversos letrados, como João de Barros⁴⁶, lamentassem o pouco cuidado da nação portuguesa quanto à preservação de suas glórias na memória humana. “A falta de estima da arte”, conclui Pécora, “[...] não implica apenas a rudeza dos heróis, mas a própria limitação de sua virtude heróica, incapaz de atingir o verdadeiramente sublime.⁴⁷”

No caso de Camões, Pécora nota uma defrontação entre as figuras do herói e do poeta. Este é considerado figura ausente, o que alquebra a empresa ultramarina. Pois, afinal, se faltar o engenho e a arte aos conquistadores, a divulgação de seus feitos estaria completamente inviabilizada. Ao esclarecer que as glórias de Eneias dependeram tanto de seus feitos quanto da “lira mantuana” (*Lusíadas* V, 94-96), Camões insistia que instituição da glória dos heróis portugueses só se confirmaria mediante a autoridade do “poeta”⁴⁸, encarado como um imortalizador. Parte-se do mesmo princípio na investigação dos letrados selecionados, que poderiam ter em mente o modelo essencial da obra de Cícero.

Finalmente, as tópicas ciceronianas da exemplaridade e o esforço de imortalização como exercício de auto-edificação do letrado devem se somar ao compromisso com a providência. Nas pegadas de Vieira, Pécora percebe que “[...] os feitos históricos principais do passado português (fundação da nacionalidade, a aventura ultramarina, etc) “[...] são, em sua ocorrência mesma, natural, histórica, por vezes até mecânica, efeito de uma determinação providencial.⁴⁹” Eles funcionam, no caso de Vieira, - mas talvez também no caso de Resende, que mergulhara fundo no passado pátrio em busca dos sinais de sua glória futura - como alegorias a interpretar pelos sermões, que moveriam os homens a cumprir o seu justo destino. A pregação atua na perspectiva da exegese, da profecia e da missão. Somente

nesses parâmetros justifica-se o caráter épico que se emprega na interpretação do Império português, sucessor legítimo dos assírios, persas, gregos e romanos⁵⁰. Adentra-se aqui no campo da já aludida noção de *translatio imperii*⁵¹.

Para todos os letrados, cabe o alerta de Pécora: “[...] é em sua arte que julgam depositar-se a esperança possível de um destino imperial português.⁵²”

CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS:

Conforme explicitado pela introdução, o tema da construção da *auctoritas* letrada depende intimamente de considerações em torno do problema da agência individual e do grau de convencionalidade presentes nos textos da época moderna⁵³. Opta-se aqui, como se tem insistido, em lançar luz sobre a operação das diversas convenções disponíveis, levando em conta que eram esses os mecanismos disponíveis ao letrado, únicos repositórios a viabilizar seu discurso. Ao mesmo tempo, nota-se a possibilidade de agência subjetiva na capacidade do letrado de escolher dentre diversos modelos e prescrições, de romper com esses modelos ou modificá-los diante das contingências, sem, todavia, qualquer intenção de derrocada da instituição retórica. Pensa-se na cultura como espaço dinâmico, o qual pode – e é – reordenado com a difusão das práticas e experiências de escrita.

Tudo considerado, toma-se por princípio conceitual que os artefatos textuais a destrinchar são resultado direto de uma série de manipulações, convenções e contingências (isto é, um constante jogo entre liberdade e controle⁵⁴), tanto aquelas originadas pelos letrados que os redigiram quanto as decorrentes das múltiplas tradições intelectuais subsequentes que os analisaram. Portanto, deseja-se considerar os discursos dos letrados no amplo circuito de negociação existente, tendo sempre em vista o desenvolvimento de “moedas de troca”⁵⁵ cunhadas pelos letrados no intuito de adquirir e conceder benefícios dentro da República das Letras e outros espaços de interação social.

Deste modo, pretende-se estabelecer as bases para uma História Social da Cultura muito inspirada pelas contribuições de Stephen Greenblatt⁵⁶. A construção da *auctoritas* no âmbito dos elogios ao império será observada a partir do dinamismo das relações entre a produção textual e os meios sociais aos quais se voltava, meios que podiam ganhar novos sentidos diante dos escritos letrados. Logo, os textos laudatórios, muitas vezes criados em decorrência da necessidade de ilustração da corte e da salvaguarda do prestígio letrado, acabavam reorganizando as percepções letradas da própria corte e reposicionando o letrado em seu meio social (seja com ganho ou perda de prestígio entre os pares ou com o recebimento ou negação de honras e mercês). Reflete-se, assim, sobre a circulação da “energia social”, sobre o trânsito contínuo entre instituições, indivíduos, práticas e textos.

¹ Como salientou John Elliot, a coesão que viria a propiciar o aparecimento de diversos impérios ao longo da época moderna não era consequência inevitável dos contextos políticos e sociais da Alta Idade Moderna. Se havia uma tendência a marcar o início do século XVI, era a da fragmentação dos corpos políticos, que, contudo, ocorreu raramente, graças às contínuas negociações e arranjos dinásticos que Elliot veio a denominar de “monarquias compósitas”. “No período entre 1523 e 1707, houve apenas três separações bem-sucedidas: a das províncias neerlandesas do norte (Espanha - 1570), a separação de Portugal (1640) e a ocorrida entre Suécia e Polônia (1599).” ELLIOTT, J. H. A Europe of composite monarchies. *Past & Present*, n. 137, nov. 1992. P. 48-52, cit. à P. 68.

² Razão pela qual torna-se possível afirmar que as interações entre mundos verdadeiramente apartados pelas enormes distâncias geográficas deram-se nos esforços de um “government by paper”, - a expressão pertence a John Elliot -, particularmente no caso das monarquias ibéricas. Em outras palavras, para além da máquina da guerra a acompanhar a expansão territorial, deve-se pensar, com Frank Lestringant e Andrea Daher, no amplo desdobramento de uma “máquina escriturária” calcada nos múltiplos e intercambiantes gêneros da instituição retórica que prescreviam as produções letradas. DAHER, Andrea. *A oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P. 230-231.

³ Para alguns exemplos, cf. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais* (séculos XV a XIX). Campinas: UNICAMP, 2009; BOUZA ALVARES, Fernando. Espacios del manuscrito en la Europa Altomoderna. In: VENTURA, Maria das Graças A. Mateus (org.). *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América* (sécs. XVI-XIX). Lisboa: Colibri, 2004. P. 189-201. Para mais, as formas de comunicação sugeridas aqui extrapolam o âmbito do contato entre o rei e dignitários ultramarinos, envolvendo todo o corpo social em suas muitas redes de trocas de informações. Para uma coletânea interessada no problema, cf. BETHENCOURT, Francisco; EGMOND, Florike (ed.) *Correspondence and cultural exchange in Europe: 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

⁴ DAHER, Andrea. *A oralidade perdida...* P. 19-20.

⁵ Para uma recapitulação da difusão desse conhecimento na Europa moderna, cf. MANN, Nicholas. The origins of humanism. In: KRAYE, Jill. *The Cambridge companion to Renaissance humanism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010. [1996]. Para o caso português, em particular, veja-se MARTINS, José Vitorino de Pina. O Humanismo (1487-1537). In: *HISTÓRIA DA Universidade em Portugal*. Vol. I, T. I (1290-1536). Lisboa: Calouste Gulbenkian/Universidade de Coimbra, 1997. Ademais, dois levantamentos de fontes greco-latinas disponíveis aos homens letras que pretende-se estudar a partir deste projeto podem ser encontrados em: MAILLARD, J. F; KECSKEMÉTI, J; PORTALIER, M. *L'Europe des Humanistes* (XIVe – XVIIe e siècles).

Paris: CNRS-Brepols, 1995 ; HANKINS, James. *The recovery of Ancient Philosophy in the Renaissance: a brief guide*. Florença: Leo S. Olschki, 2008.

⁶ HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G (orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 32-34. DAHER, Andrea. *A oralidade perdida...* P. 223-224.

⁷ Minha definição para o conceito de “República das Letras” deriva da obra de Anthony Grafton. Dentre suas características marcantes, no Renascimento, haveria que mencionar a defesa teórica (frequentemente ignorada na prática) de uma sociedade igualitária, o uso de uma língua franca de comunicação – o latim –, o pendor para outros idiomas que refletissem valores de culturas antigas de cuja sabedoria os humanistas tencionavam beneficiar – o grego, a língua hebraica e até mesmo o árabe –, a consciente valorização da sociabilidade como forma de aprendizado e ganho de prestígio e o respeito aos aparatos retóricos que tanto concediam aportes para as formas de escrita quanto norteavam os humanistas do ponto de vista dos valores éticos e estéticos a seguir. GRAFTON, Anthony. A sketch map of a lost continent: the republic of letters. In: *World made by words: scholarship and community in early modern west*. Cambridge: Harvard University Press, 2011 [2009]. P. 9-34.

⁸ Para uma perspectiva dos debates letrados em torno da imitação e da superação do antigo no Renascimento, cf. PIGMAN III, G. W. Versions of the Imitation in the Renaissance. *Renaissance Quarterly*, Vol. 33, Nº 01 (Spring). University of Chicago Press, 1980. P. 1-32.

⁹ A edição consultada foi REALE, Giovanni (org.). *Platone: tutti gli scritti*. Milão: Bompiani, 2000.

¹⁰ Aqui, pude me valer da tradução de Adriano Scatolin. SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad familiares*, I, 9, 23. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009 (tese de doutorado).

¹¹ Meneses levantou dúvidas, porém, mesmo no caso dessas localidades. Conquanto tenha utilizado o depoimento do bispo d. Miguel da Silva – seu interlocutor e *dramatis personae* no texto – a favor da teoria, igualmente recordou a opinião de Nebrija, que sustentara não haver plátanos “em qualquer sítio”. Uma opinião “intermediária” é apresentada pela voz de Fábio [Flávio] Biondo e de Hermolau Bárbaro, que haviam reconhecido apenas dois exemplares, um em Roma e outro em Bassiano. MENESES, João Rodrigues de Sá de. *De Platano*. In: TARRÍO, Ana María S. Paisagem e erudição no humanismo português. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2009. [1527-1537] P. 277.

¹² O caso concreto citado por Meneses, narrado no opúsculo por d. Miguel da Silva, é o de Giovanni Rucelai, que, seguindo os conselhos de Plínio, regava seu plátano com vinho quando ele estava prestes a perecer. MENESES, João Rodrigues de Sá de. *De Platano...* P. 237.

¹³ “Ora tive a oportunidade de mostrar àqueles dos nossos homens mais apaixonados pela Antiguidade que existem plátanos na nossa terra, essas árvores que foram outrora delícia dos reis e, em particular, dos Romanos, e que permanecem escondidas nos bosques e metas de Entre Douro e Minho, agora já ansiosas por saírem deste estado, ostentando, porém, sua antiga verdura e brilho, e tal ponto que, no meio dos espinhos e dos silvados, podes distinguir facilmente o seu esplendor e a sua elegância”. MENESES, João Rodrigues de Sá de. *De Platano...* P. 235.

¹⁴ Maiores informações biográficas encontram-se em TARRÍO, Ana María S. *Paisagem e erudição no humanismo português...* P. 19-66.

¹⁵ Naquela carta, que segue os elogios retóricos esperados do gênero, Meneses confirmava o recebimento dos *Commentarii* (opúsculo de Góis sobre as vitórias portuguesas na praça de Diu), verdadeiro bálsamo para Portugal. O texto teria trazido à tona fatos “[...] na verdade dignos de jamais ficar em silêncio, de sempre se eximirem ao olvido, de nunca perecerem na memória [...]”, fatos úteis no afã de “[...] ilustrar e engrandecer a pátria, a que antes de tudo estamos ligados”. O trabalho de Góis, ademais, seria fundamental para diminuir a apreensão pelo fato de não haver em sua época – especialmente no reino - Lívios, Salústios e Tácitos em número suficiente para imortalizar os grandes feitos. “Mas ora tu – a quem, por assim dizer, Deus isto outorgou – abalançaste-te a um serviço que te honra, quais as grandiosas empresas de teus compatriotas, vingadoras do espaço e do tempo, e esses altos feitos, inumados até hoje em ciméria obscuridade”. O elogio de Meneses compõe o quadro em que se inseria sua própria atividade escrita e a de Góis: (i) defesa da pátria diante de outros potentados, (ii) a exaltação do providencialismo a inspirar os personagens do reino a grandes feitos e a (iii) imortalização do escritor junto dos fatos gloriosos que narra. A epístola encontra-se disponível em TORRES, Amadeu (org). *Damião de Góis: correspondência latina*. Trad. Amadeu Torres. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. P. 307-309.

¹⁶ Para uma biografia de Góis, cf. HIRSCH, Elisabeth Feist. *Damião de Góis*. 2.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002 [1967]

¹⁷ Percebe-se claramente, desde o prólogo, a tentativa de Góis de celebrar os louvores do ato de traduzir em consonância ao próprio elogio da língua. Ao passar do latim ao português, Góis traçava uma clara relação hierárquica entre os idiomas, de modo a prestigiar seu vernáculo diante de outros. Para mais, o ato de traduzir, tal como o qualifica, era o mais árduo possível, “[...] digno de mor louvor, fazendo-se bem [...]” e “[...] de mor repreensão [...]”, em caso contrário. Góis, valendo-se da tópica da humildade, ainda aduz suas hesitações quanto à capacidade de levar a tarefa a termo, distante que se encontrava do uso do português, há dezesseis anos secundário em sua vida. CÍCERO, Marco Túlio. *Catão Maior ou da Velhice*. Trad. Damião de Góis. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2003 [1538]. Fl. 2-3.

¹⁸ Aqui, Góis optou por prefaciá-lo com uma tentativa de exegese. Procura demonstrar o “artifício” e o “intelecto” de Salomão, que dividir-se-ia em três partes – “invenção, prova e conclusão”. SALOMÃO. *O Livro de Eclesiastes*. Trad. Damião de Góis. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002 [1538]. Fl. 6-17.

¹⁹ A produção textual de Góis é razoavelmente extensa, e deverá ser estudada em conjunto. O leitor encontrará as demais referências na seção “Metodologia e Fontes”. Adotei o semelhante procedimento com os demais letrados. Suas obras citadas aqui não esgotam o conjunto de fontes a analisar, mas apenas servem de via de acesso aos problemas que se planeja discutir.

²⁰ Góis viria a emitir essa declaração quando submetido a interrogatório do Santo Ofício em 1571, momento em que seus antigos vínculos com Erasmo e protestantes como Melanchton chamaram a atenção dos inquisidores. RÉGO, Raul. *O processo de Damião de Goes na Inquisição*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2007. [1971] P. 176-177.

²¹ Em gramática da língua portuguesa impressa em Lisboa cujo objetivo central era dotar jovens estudantes dos rudimentos da arte da leitura e do conhecimento das estruturas do idioma. BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540. Fl. 1.

²² Cf. a nota 23.

²³ Cumpre recordar ao leitor que esse esforço não foi pioneiro entre os letrados portugueses, uma vez que Fernão de Oliveira havia publicado sua gramática em 1536. DAHER, Andrea. *A oralidade perdida...* P. 61.

²⁴ O louvor à linguagem de Barros se inscreve no esforço de elogio (que, recordemos, frequentemente caminhava lado a lado com a produção de gramáticas) ao vernáculo surgido na Europa moderna sobretudo com a impressão do *De vulgari eloquentia* de Dante em 1529. Ao lado do livro de Barros perfilam-se as reflexões de Sperone Speroni (*Dialogo della lingua*, 1542) e de Joaquim du Bellay (*Deffense et illustration de la langue française*, 1549), para não citar livros cronologicamente mais distantes. Para um elenco de maior amplitude, cf. BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: UNESP, 2010 [2004]. P. 81.

²⁵ Trata-se de seu “Turgimão por latim”, texto presente no *Cancioneiro Geral* (II, 478, vv. 6-7, 454). TARRÍO, Ana María S. *Paisagem e erudição no humanismo português...* P. 21.

²⁶ Diferentemente dos propósitos de Barros, que propunha o ensino do português como primeira língua dos jovens do reino, Pero de Magalhães Gândavo investiu na redação de uma defesa do vernáculo pátrio diante dos avanços do castelhano. Seu texto, publicado em 1574, foi batizado de *Diálogo em defesa da língua portuguesa*. Cf. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Biblioteca Breve, vol. 18, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978. P. 46-47.

²⁷ Resende divulgou, em 1531, uma oração em honra de Erasmo, qualificado por ele de “Cícero de nosso tempo.” RESENDE, André. *Elogio de Erasmo (Erasmii Encomium)*. Trad. Walter de Sousa Medeiros e José Pereira da Costa. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1961 [1531]. Cit. à P. 14-15.

²⁸ Resende era um especialista em recolher – e, por vezes, inventar – fontes epigráficas, e dedicou-se à arqueologia no sentido do termo entre os povos helenísticos e o romano: produzir “[...] uma obra de história arcaica ou uma história que começasse com as origens.”, para além de ter-se dedicado à união dessa arqueologia à filologia. MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004 [1990]. P. 93-107.

²⁹ Resende estava longe de ser único exemplo desse esforço. O próprio Damião de Góis viria a editar, em 1554, uma descrição da cidade de Lisboa (*Vrbis Olisiponis Descriptio*). Na mesma época surgiram títulos como o *Summario em que brevemente se contem algumas cousas, (assim eclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa*, por Cristovão Rodrigues de Oliveira – editado no mesmo ano da *Vrbis* (1554); o *Tratado da magestade e grandeza e abastança da cidade de Lisboa*, por João Brandão de Buarcos (1552). No percurso da *laudes urbium*, ainda pode-se contar o poema *Vlysbonaë regiae Lusitaniæ urbis Carmen*, de 1546 e, para mais, o *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, por Francisco de Holanda (1571). NASCIMENTO, Aires A. *Damião de Góis e o Elogio da cidade de Lisboa*: in: GÓIS, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa*: versões latina e portuguesa. Lisboa: Guimarães, 2002. [1554] P. 57-63.

³⁰ RESENDE, André de. *História da Antiguidade da Cidade de Évora*. Évora: André de Burgos, 1553. Fl. 1-4.

³¹ Cf. n. 37.

³² A interrogação de Resende nesse sentido ocorre no primeiro dos quatro livros que compõem *As Antiguidades da Lusitânia*. RESENDE, André de. *As Antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2009 [1589]. P. 71-72.

³³ Contudo, desde logo faz-se pertinente atentar para grande maleabilidade dessas convenções diante de cada autor e contexto. Não era raro topar, entre os próprios letrados humanistas, com sugestões de que a melhor forma de escrita deveria ser eclética, com amplo uso dos gêneros em toda sua capacidade de variação. É o que se nota no fundo do conselho dado por Erasmo para a *ars dictaminis*, por exemplo, quando propugnava que o emprego de toda arte e engenho deveria transparecer, na letra epistolar, com ares de improvisada redação. ROTTERDAM, Erasmo. Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar. In: TIN, Emerson. *A arte de escrever cartas*. Campinas: UNICAMP, 2005. [1521] P. 112.

³⁴ BARROS, João de. *Ásia de João de Barros*: Primeira Década. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998. P. 2 [fl. 1 r.].

³⁵ A noção de “lengua compañera del Imperio”, cunhada por Nebrija em 1492, mas refletida por intelectuais como Lorenzo Valla anteriormente, foi introduzida em Portugal a partir da gramática de Fernão de Oliveira. Em Valla, nota-se uma clara conexão entre os sucessos do império romano e a fortuna do latim, conexão que viria a ser explorada pelos letrados quinhentistas na nobilitação de suas línguas: “o império romano está onde quer que domine a língua romana.” [ibi namque romanum imperium est ubicumque romana lingua dominatur] Em Fernão de Oliveira, “[...] a língua aparece como uma espécie de ‘produto natural da personalidade nacional’, que deve ser ‘alijada dos riscos da cultura estrangeirada’, nos termos de Asensio, e tornada instrumento político de coesão do império.” DAHER, Andrea. *A oralidade perdida...* P. 60-61. Ramada Curto, amparando-se nas reflexões de Eugenio Asensio, vê, assim como Andrea Daher, a necessidade de articular os usos da língua, sua defesa e elogio aos movimentos de conquista do império. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais* (séculos XV a XIX)... P. 52-55 Para a relevância de Valla, cf. SANTOS, Leonel Ribeiro dos. *Linguagem, retórica e filosofia no Renascimento*. Lisboa: Colibri, 2004. P. 158. Para uma apreciação geral do problema, remete-se a PÉREZ, Pedro Ruiz. Sobre el debate de la lengua vulgar en el Renacimiento. *Criticón*. Nº38, 1987. P. 15-44.

³⁶ A *translatio imperii* derivava da interpretação bíblica de Daniel ao sonho de Nabucodonosor (*Daniel*, II, 39-44), que previa a sucessão de grandes impérios (Babilônia, Egito - ambos substituídos em algumas versões por Pérsia, Assíria, Caldeia, etc. -, Grécia e Roma.) cada vez mais a oeste, até o aparecimento de um último, que consumiria os demais e perduraria até o Juízo Final. Os movimentos da *translatio imperii* foram fartamente identificados na obra de Francisco de Holanda e também na de Camões e Vieira. Todas procuravam colocar Lisboa como cabeça da República Cristã (e Holanda aduzia a esse esforço um notório movimento de queda do império romano e ascensão do lusitano). Seria relevante concluir se tal esforço encontra respaldo na geração de Meneses, Resende, Góis e Barros. Para uma análise do caso de Francisco de Holanda, cf. DESWARTE-ROSA, Sylvie. Le Portugal et la Méditerranée. Histoires mythiques et images cartographiques. In: BETHENCOURT, Francisco (dir). *Arquivos do centro cultural Calouste Gulbenkian: Le Portugal et la Méditerranée*. V. XLIII. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002. P. 97-147. No caso de Camões e Vieira, recomenda-se a leitura de PÉCOR, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001. P. 135-164.

³⁷ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais* (séculos XV a XIX)... P. 145.

³⁸ Acompanha-se Diogo Ramada Curto aqui: “Longe de qualquer concepção ‘pura’ da literatura, a nossa intenção será sempre a de procurar tratar o conjunto de modalidades de escrita, ou seja, a de aceitar uma concepção global da cultura escrita, pois é no seu âmbito que assiste a muitas das operações de negociação e conflito pela imposição de significados e afirmação das identidades de indivíduos, grupos e entidades políticas. Uma perspectiva desta natureza deverá estabelecer quais as relações existentes entre a cultura escrita e as práticas de identidade em diferentes quadros políticos e sociais.” CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais...* P. 146.

³⁹ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura...* P. 321.

⁴⁰ PÉCOR, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 11.

⁴¹ PÉCOR, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 16.

⁴² NASCIMENTO, Cristiane. Da Pintura Antiga de Francisco de Holanda: o encômio como gênero de prescrição e da arte. In: MARQUES, Luís. *A constituição da tradição clássica*. SP: Hedra, 2004. P. 184-186.

⁴³ PÉCOR, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 150.

⁴⁴ PÉCOR, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 148.

⁴⁵ Em carta ao Infante d. Luís (1548), Góis afirmava: “O que a mim na realidade vejo acontecer-me é que, quanto mais a velhice se aproxima, mais coisas se me oferecem que em escritos devam sinalar-se para a eternidade, quais com certeza esses actos preclaros da nossa gente, essa magnitude e variedade de empresas, essa

descoberta de ilhas e de climas, a ponto que, se acaso de novo algum Homero surgira, sem esforço alcançara nas gestas lusitanas encontrar argumento de não fabulosas, antes reais *Ilíada e Odisseia*". TORRES, Amadeu (org). *Damião de Góis: correspondência latina...* P. 123. Impossível ignorar a proximidade da carta com a passagem d'*Os Lusíadas* (V, 87-89) citada por Pécora para corroborar sua asserção: "Ventos soltos lhe finjam e imaginem/Dos odres e Calipsos namoradas;/Harpías que o manjar lhe contaminem;/Descer às sombras nuas já passadas:/Que, por muito e por muito que se afinem/Nesta fábula vãs, tão bem sonhadas,/A verdade que eu conto, nua e pura,/Vence toda grandíloqua escritura!" PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 148-149.

⁴⁶ Cf. nota 34.

⁴⁷ PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 151-152.

⁴⁸ "Ou seja, os capitães portugueses, ao avaliarem baixamente os poetas, acabam tendo suas façanhas menos conhecidas que a dos antigos, embora possam verdadeiramente excedê-los." PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 147-148.

⁴⁹ PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 162-163.

⁵⁰ PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 162-164.

⁵¹ Cf. nota 36.

⁵² PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros...* P. 164.

⁵³ "Given this complexity, it is often difficult to separate creativity from conformity as we study modes of characterization in the early modern period [...]. Pinpointing the relationship between institutional and individual agency is an especially challenging task, whether we are considering an event, a text, or the peculiar combination of the two in writer's accounts of their own experiences." COLEMAN, Patrick. Introduction. In: COLEMAN, Patrick; LEWIS, Jayne; KOWALIK, Jill. *Representations of the self from the Renaissance to Romanticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. P. 5.

⁵⁴ GREENBLATT, Stephen. *Renaissance Self-Fashioning...* P. 1-2.

⁵⁵ A expressão "moedas de troca" foi pensada a partir da noção de "currency" explicitada por Greenblatt. "That is, the work of art is the product of a negotiation between a creator or class of creators, equipped with a complex, communally shared repertoire of conventions, and the institutions and practices of society. *In order to achieve the negotiation, artists need to create a currency that is valid for a meaningful, mutually profitable exchange.*" GREENBLATT, Stephen. Towards a Poetics of Culture. In: *Learning to curse...* P. 158. [grifos meus]

⁵⁶ Greenblatt usa a expressão "poética da cultura" quando procura explicar as bases em se fortificou o New Historicism por ele encampado. Cabe lembrar que ele próprio evitou qualquer compromisso doutrinário, preferindo tão-somente estabelecer os caminhos percorridos por sua prática. GREENBLATT, Stephen. Towards a Poetics of Culture. In: *Learning to curse...* P. 146.